

ACTA Nº 3

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos catorze dias do mês de Julho de dois mil e dez, reuniu, no salão nobre da Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação, constituído conforme o previsto no artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro. Presentes todos os conselheiros, à excepção da representante da DREN/ME, das Associações de Estudantes, do representante das Juntas de Freguesia, do representante dos Serviços Públicos de Saúde e dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, conforme documento que se anexa à presente acta. Justificou a sua ausência a representante da DREN/ME.

Da ordem de trabalho, previamente distribuída, constavam:

1. Aprovação da acta da reunião anterior
2. Balanço do ano lectivo de 2009/2010, pela representante da DREN
3. Reordenamento da rede escolas 2010/2011
4. Outros assuntos.

Presidiu aos trabalhos a Vereadora do Pelouro da Educação, Maria José Guerreiro.

A reunião iniciou-se com a aprovação da acta da reunião anterior. A acta foi aprovada com três abstenções de membros que não estiveram presentes nessa reunião.

Dado início à ordem de trabalhos, foi lido o e-mail enviado pela conselheira representante da DREN, informando da impossibilidade de estar presente na reunião, e dando nota que: “o balanço do 3º período foi positivo e do ano lectivo de 2009/2010, também, foi positivo”. Nos outros assuntos: “Referir que a EAE irá recolher dados em todas as EB1’s, em 2010/2011, de modo a AVALIAR o funcionamento das AEC’s” – A EAE irá recolher informações relativas ao funcionamento do percurso escolar em Centros Escolares, com mais de um ano de funcionamento – conduzindo a uma avaliação dos mesmos”. Os conselheiros António Gonçalves e Armando Borlido consideraram lamentável que a Equipa de Apoio às Escolas não estivesse presente e, sobretudo, não apresentasse ao CME elementos que permitissem aferir do estado da educação.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, a presidente do Conselho Municipal esclareceu que a proposta do Ministério da Educação sobre os chamados “mega agrupamentos”, não se irá aplicar no concelho de Viana do Castelo, no ano lectivo de 2010/2011 mantendo-se o quadro vigente sem alteração. No entanto, a partir de Setembro haverá discussão sobre este processo de reordenamento da rede escolar.

Para melhor enquadramento por parte dos conselheiros da rede e administração escolar do concelho, foi distribuída documentação com o desenho da configuração actual dos agrupamentos de escolas. Igualmente foi distribuída informação elaborada pelo grupo de trabalho – Educação, Formação e Empregabilidade, da rede social com os cursos profissionais de oferta formativa das escolas, para o ano lectivo de 2010/2011.

A Presidente informou, sobre a Carta Educativa que a mesma se encontra numa fase de Monitorização, podendo ser consultada no sítio da internet da Valimar.

No que se refere ao encerramento de escolas do 1º CEB, decorrente da nova legislação do ME, a Câmara informou que a EB1 de Vila Mou vai ser suspensa já a partir do próximo ano lectivo, aguardando-se decisão sobre a EB1 de Freixeiro de Soutelo, por parte da EAE/DREN.

Relativamente a obras nas escolas em curso ou a iniciar, o ponto da situação é o seguinte:

- Responsabilidade da Parque Escolar: Escola Sec. Stª Maria Maior, com início provável durante o mês de Setembro próximo, e da Escola Secundária de Monserrate, concluídas em Fevereiro de 2011;

- Responsabilidade da Autarquia: Centro Escolar de Alvarães a iniciar e com conclusão para Setembro de 2011; da EB1/JI de Mazarefes (ampliação), conclusão em Setembro de 2010; requalificação/ampliação da EB1 de Afife, conclusão em Agosto 2010.

A Drª. Flora Silva questionou sobre as obras da EB1 de Subportela. A Presidente do Conselho Municipal pronunciou-se, dando conta que as mesmas se encontram em fase de candidatura e a aguardar a revisão da Carta Educativa, dado verificar-se uma queda acentuada do número de alunos na freguesia o que implica uma reavaliação do investimento.

O representante da Associação de Pais questionou sobre as obras da EB1 do Calvário, Meadela, nomeadamente sobre o parque infantil. A Presidente referiu que é importante definir-se o critério de colocação dos parques infantis, se dentro ou fora das escolas, servindo, também, a população. Informou que a Câmara, em parceria com a Escola Superior de Educação, está a desenvolver um estudo para a implantação dos parques infantis.

A Drª. Flora Silva solicitou a informação sobre a constituição dos mega agrupamentos. A Presidente do Conselho Municipal esclareceu que a informação veiculada pela Drª Cristina Garcia era no sentido de se agrupar os AE Frei Bart. Mártires, AE Abelheira e a ESSM Maior, bem como o AE do Atlântico com a ES Monserrate. Os considerandos teóricos da DREN e do ME assentam na verticalização do ensino, a nível de cada agrupamento, com a introdução da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, portanto, a lógica do AE deverá prever todos os níveis de ensino. Não haverá deslocalização de alunos, mas sim de unidades de gestão. O concelho tem duas escolas secundárias de raiz com elevada população e com elevado investimento de recursos materiais específicos nalgumas áreas, o que deverá ser ponderado na análise da situação.

A representante dos Serviços da Segurança Social expressou que teria sido benéfica a presença da representante da DREN/ME, para prestar esclarecimentos sobre o processo em curso e o modo como o ME tem tratado este assunto, nomeadamente, dos princípios subjacentes para a criação dos mesmos.

O representante dos docentes do ensino secundário público referiu que a Resolução do Conselho de Ministros sobre o reordenamento da rede escolar deve ser feita de forma gradual, questionando qual o modelo organizacional proposto para o concelho de Viana e o porquê dos 3.000 alunos/agrupamento. Anexa documento escrito que integra a presente acta.

O representante do pessoal docente do ensino básico público lamenta, também, a ausência da representante da DREN/ME. Critica a tomada de decisão do ME, principalmente no tempo, ou seja, o final do ano lectivo, considerando ser um processo não democrático por ninguém ter sido ouvido (Conselho de Escolas, Directores, Pais/EE e Conselho Municipal de Educação).

Para a Conselheira representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, os princípios subjacentes à reestruturação dos agrupamentos merecem acordo, o processo para o seu desenvolvimento é que está errado.

A representante da Assembleia Municipal propõe que a Câmara apresente ao ME uma proposta para o desenvolvimento do processo, ouvindo as escolas, sobre os seus problemas e angústias.

O representante da Autarquia, Isaiás Alves, aludiu à tendência de diminuição de alunos nas escolas e que Viana do Castelo tem que discutir, se a verticalização, tal como é apresentada, será adequada num concelho em que se está a fazer um esforço enorme no sentido de dotar as duas escolas secundárias puras com condições de equipamentos específicos ao seu pleno desempenho, sendo que a sua capacidade é reforçada para receber mais alunos em muito melhores condições o que nos deve conduzir à reflexão sobre a oferta do secundário no concelho.

A representante dos Serviços da Segurança Social propõe que as reuniões do Conselho Geral passem a ser realizadas nos Agrupamentos/escolas.

O Conselheiro representante dos docentes do ensino secundário sugeriu a promoção de um fórum, sobre o reordenamento da rede escolar.

Quanto ao ponto Outros assuntos, relativamente aos transportes escolares, o representante da Autarquia informou que a Câmara aguarda propostas das empresas sobre a implementação dos passes sociais escolares cujo objectivo é o de aumentar a mobilidade e promover a sustentabilidade. Processo esse que será implementado em Setembro próximo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente deste Conselho.